

Os financiamentos do Banco Mundial e do BID, agora ameaçados.

Os programas de recuperação financeira dos setores elétrico e siderúrgico, além de outros projetos de financiamento da infra-estrutura econômica, deverão ser afetados com a interrupção do fluxo de financiamentos do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em consequência da suspensão unilateral dos pagamentos internacionais do País.

Segundo estimativas da Secretaria do Planejamento, que centraliza todas as operações dos dois bancos, no próximo ano fiscal, de julho deste ano a junho de 1988, o Brasil poderá obter financiamentos do Banco Mundial no montante de US\$ 2,0 bilhões, e entre US\$ 300 e 500 milhões do BID, caso apresente, no tempo devido, projetos econômica e socialmente factíveis.

A moratória unilateral forçaria as duas instituições a seguir os governos e os bancos privados no rompimento das relações financeiras com o Brasil, redundando, no caso do Banco Mundial, na desistência de patrocinar a operação de co-financiamento de US\$ 1,2 bilhão em favor da Eletrobrás, que ainda depende da negociação da parcela de US\$ 700 milhões com os bancos privados.

Além dessa operação, o Brasil está reivindicando outra, de igual valor, também para a Eletrobrás e deverá propor ainda um

financiamento para atender ao programa de recuperação financeira da Siderbrás, que depende de recursos externos. A moratória unilateral eliminaria a possibilidade da continuação dessa cooperação.

Contudo, se a intenção do governo for partir para a negociação, o Banco Mundial poderá atuar como poderoso suporte, segundo a avaliação do Ministério do Planejamento. Em sua recente visita ao Brasil — lembra um informante da Seplan — o presidente do Bird, Barber Conable, deixou evidente a indicação de que o banco poderia desempenhar um papel mais ativo de elo entre o Brasil e os bancos privados credores, além de decidir-se a ampliar os financiamentos não só a projetos mas a setores da economia brasileira.

De acordo com os mesmos informantes, na montagem de um pacote de dinheiro novo, envolvendo instituições governamentais de crédito e os bancos privados, o Banco Mundial também poderia ter uma participação ativa. O exemplo do México é citado para demonstrar que o Bird atuou oferecendo inclusive suporte financeiro, na montagem do programa de refinanciamento da dívida mexicana.

Somente aos bancos comerciais estrangeiros, o Brasil paga uma média mensal de

US\$ 400 milhões de juros (em 12 meses, US\$ 4,8 bilhões). Pela legislação norte-americana, juros não pagos por três meses consecutivos pelo credor, sem que haja uma renegociação para transformá-los em novo empréstimo, têm de ser contabilizados pelo banco, como prejuízo. Entretanto, uma moratória "negociada" de três meses não tem garantia de que seja pacífica, pois o Brasil deve para aproximadamente 700 instituições financeiras privadas de todo o mundo, e as leis bancárias não são uniformes em todos os países.

Isso equivale a dizer que, mesmo que os bancos norte-americanos, ingleses, franceses e alemães concordem com uma moratória de três meses, isso não assegura que os árabes, japoneses, espanhóis não deixem de acionar judicialmente o Brasil em Nova York, que é o foro acertado para resolver as pendências relativas à dívida externa brasileira. A impressão mais otimista é de que o Comitê de Assessoramento dos Bancos, localizado em NY, trate de convencer os demais bancos a agirem em bloco, ou seja, aceitar as ponderações do governo brasileiro até o final das negociações. Neste caso, há a crença de que o comitê é realmente legítimo representante de todos os credores, mas há indícios de que esse organismo informal está enfraquecido.